

RESENHA

Maconheiros, fumons e growers: um estudo comparativo do consumo e de cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e Buenos Aires

VERÍSSIMO, Marcos. Maconheiros, fumons e growers: um estudo comparativo do consumo e de cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e Buenos Aires. Rio de Janeiro: Autografia, 2017

Marco Vinicius de Castro¹

O livro de Marcos Veríssimo, em uma jornada de 412 páginas, mapeia, descreve e compara etnograficamente as práticas inerentes às experiências culturais do consumo e cultivo de *cannabis* em duas realidades distintas, sendo elas o Rio de Janeiro e Buenos Aires, enfatizando suas proximidades e distanciamentos a partir dos usos, cultivos e representações conceituais sobre esse fenômeno. Interessante frisar que nas duas cidades, assim como em muitas outras cidades do mundo, tanto os usos quanto o plantio de maconha são proibidos por lei. Dado o pioneirismo de seu estudo sobre o plantio urbano de plantas consideradas ilícitas, seu livro já se constitui, por excelência, como uma referência essencial sobre o tema.

O primeiro capítulo, chamado de “*Germinação: introdução a uma etnografia sobre usos e cultivos urbanos de maconha*”, o autor expõe como conheceu “Ézio”, um ator que se tornou interlocutor-chave da pesquisa e, através disso, foi inserido nas redes de usuários-

cultivadores de maconha do Rio de Janeiro e Buenos Aires. A partir daí se deu a construção do problema de pesquisa, que foi o seguinte: Comparando as realidades das duas cidades, como se pode falar de uma “cultura canábica” no singular? Quais conflitos surgem daí? Partindo desses questionamentos, empreende-se numa busca para descrever e interpretar as formas de socialização, ritos, conflitos, práticas e estratégias desses atores em relação com a produção e consumo de maconha dessas duas cidades.

O capítulo seguinte é denominado “*Crescimento: construção e desconstrução da ‘cultura canábica’*”, nele o autor começa construindo e desconstruindo a noção de cultura canábica, concebida como culturas nativas no plural, isto é, como configurações culturais particulares. Além disso, destaca a interação entre os cultivadores e a planta, onde ocorre o empenho em fazer a planta, a partir da germinação de sementes ou de uma muda, se desenvolver a partir de técnicas artificiais para os *growers* terem

¹ Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

uma colheita satisfatória, sempre comparando as raízes cariocas, entre maconheiros e canas, e portenhas, ao meio de *fumons* e *trotskistas*. Na seção “Usos e mercados” deste capítulo, destaca que mesmo na ilegalidade a maconha é capaz de mobilizar mercados lucrativos dentro e fora da lei, sendo os dentro da lei aqueles movidos em tabacarias que supostamente são voltadas para o tabaco, mas que na realidade comercializam produtos para os usos de maconha, e os fora da lei pelo que ficou conhecido como tráfico de drogas, onde a maconha pode ser comercializada ilegalmente para seus diferentes usos. A partir das intervenções legais nos costumes atrelados aos usos de maconha, surgem os contornos entre a ilegalidade e a possibilidade de altos ganhos monetários dos traficantes, e as leis dos dois países comparados aparecem como mediadoras de comportamentos, pois oferecem proscricções e contornos para os mercados e consumos de maconha na cultura canábica. Nesse meio os autocultivos domésticos de maconha aparecem como uma opção daqueles que tanto relutavam em abandonar o consumo dessa planta proibida pela lei quanto pela procedência insalubre da maconha oriunda do tráfico de drogas, isto é, como estratégia de redução de danos. Então ocorre a troca da mediação do traficante pela mediação do tempo de trabalho dedicado ao cultivo da planta. Tanto no Rio de Janeiro como em Buenos Aires os atores que cultivam a própria maconha, numericamente falando, são ínfimos entre os consumidores, constituindo uma amostra muito pequena, e a grande maioria desses atores não expõem que cultivam, muito menos “militam”, apenas plantam e fumam, alguns plantam e vendem, podendo estes últimos fumar ou não. Ainda, depende-se de uma análise dos idiomas, significados e tráficos simbólicos intrínsecos aos usos de maconha nas duas cidades, destacando uma notável variação nas formas de se referir aos diferentes itens no consumo de maconha, de modo que o baseado e o *porro* são vistos como artefatos culturais distintos dentro de sistemas sociais igualmente distintos.

No terceiro capítulo, intitulado “*Floração: aspectos sociológicos cariocas e portenhas*”, o autor

apresenta mais sistematicamente o prisma da comparação que atravessa os demais capítulos. A floração, para os cultivadores domésticos de maconha, é o período que se estende das primeiras flores que brotam dos galhos até os dias em que a planta é colhida e tratada, mas ainda não está pronta para ser consumida, onde Buenos Aires e Rio de Janeiro são vistas como florações diferentes em jardins também diferentes. O primeiro desdobramento desse capítulo enfoca as distintas sensibilidades das interações no “espaço público” e o significado do que é este espaço, de acordo com a variação de como os atores percebem as leis que proíbem suas práticas de cultivo. O *ethos* estruturante portenho do compartilhamento dos espaços públicos perpassa pelas noções de individualismo e privacidade, pois ao consumir maconha na rua, os atores sempre tomavam cuidado para não deixar o *porro* à vista das pessoas e policiais, mas geralmente nunca eram incomodados por estes. Já no Rio de Janeiro a prática ocorre com uma pessoa só e em movimento, dificilmente três pessoas ficam paradas na esquina fumando maconha, apontando diferenças nas experiências e significados nos contextos dos usos de maconha no espaço público. No Rio de Janeiro, onde várias formas de apropriação do espaço público são naturalizadas, fumar um baseado na rua é fruto de um processo de negociação das relações entre público e privado, assim como dos usos particularizados e coletivizados no espaço público da cidade, exibindo palcos de conflitos e aceitações diversos. No Rio de Janeiro e em Buenos Aires, nessa perspectiva, a fixação dos limites entre público e privado, coletivo e particular, lícito e ilícito, se dão em arranjos sempre originais e peculiares. As próximas duas seções desse capítulo mostram como os portenhas e os cariocas, respectivamente, buscam ser reconhecidos ao buscarem reivindicações de desopressão de suas práticas. A “*THC: la revista de cultura cannabica*” é uma aclamada revista argentina que cumpre um papel difusor da cultura canábica, abordando assuntos como práticas de cultivo, qualidade de vida, maconha medicinal, redução de danos, informações

sobre usos de drogas, abusos policiais, dentre outros, e cumpre na América Latina um papel central na divulgação de conhecimento atrelado aos usos de maconha, visando constituir um público de leitores formados e críticos para enfrentar, no âmbito da esfera civil, a proibição da maconha. No Rio de Janeiro, em contraste, o ativismo também explicita os conflitos-motores da mudança, enfatizando o bloco carnavalesco *Planta na Mente*, ou *Planta*, que toca marchinhas carnavalescas antigas em forma de paródias para abordar de forma lúdica o tema da legalização da maconha. Esse ativismo acabou ultrapassando os limites do carnaval, e o chamado *Coletivo Antiproibicionista* convidou esse bloco para participar das Marchas da Maconha no Rio de Janeiro. As duas próximas segmentações do capítulo tratam, primeiramente, Buenos Aires como a “última fronteira do mediterrâneo”, aludindo a experiência emancipatória da Argentina em relação ao Reino Espanhol, amparada nas noções de igualdade e liberdade, em correlação ao despeito do otimismo dos empreendedores e ativistas canábicos portenhos que clamam por uma nova lei para regular suas práticas e sociabilidades e, secundamente, o Rio de Janeiro como a “única monarquia das Américas”, apresentando a vinda do Príncipe Regente Dom João VI para esta cidade junto com a corte portuguesa, fugindo de Napoleão Bonaparte, como marco da configuração cultural carioca, que diferentemente da argentina, construiu seu imaginário na naturalização da desigualdade e dos privilégios, e o consumo de maconha oriundo da “cultura do cultivo” carrega o imperativo de que plantar a própria maconha é um privilégio para lutar contra a violência deflagrada pelo narcotráfico da cidade.

O quarto capítulo é titulado de “*Secado: em torno dos usos do conceito de cultura e de sua pertinência no presente estudo*” e é construído em analogia com o período no qual, após a colheita e devidamente tratada, a planta é colocada em um ambiente próprio para a secagem para eliminar o sabor da clorofila e os líquidos presentes nos tecidos vegetais para o assentamento das propriedades psicoativas presente nas resinas.

Na primeira seção do capítulo é apresentada uma discussão conceitual sobre os usos da categoria cultura e sua pertinência nesse trabalho, uma vez que os cultivadores caseiros de maconha se muniam da categoria “cultura canábica” e o autor, dada sua formação em antropologia, estranha a noção de “subsistência” atrelada à noção de “cultura”, e construiu um olhar comparativo para entender melhor esse aparente paradoxo categórico e conceitual. Fora das ciências sociais existe o uso e abuso da categoria “cultura”, algumas visando o empoderamento de grupos sociais distintos, pois ter uma cultura implica em portá-la, preservá-la, divulgá-la e sentir orgulho em relação à mesma como política de atitudes identitárias nas arenas públicas contemporâneas. Seja em Buenos Aires ou no Rio de Janeiro, os atores concebem e pensam ao seu modo o que é “cultura canábica”, assim como os conflitos que surgem daí. Para a transformação do mundo que lhes são dados, atores e grupos empreendem culturas, criando animais ou plantas, domesticando espécies e esperando o tempo necessário para colher seus frutos. Nesse sentido, cultura é ação e é necessário empreendê-la, reafirmá-la, reformular ou revolucionar os valores que a fundamentam ou a limitam. Cultura é também o esforço de engendrar outras culturas através dos empreendedores culturais. O consumo de maconha ou outras drogas ilícitas aparecem como um traço dentro da chamada contracultura. Na cultura específica do cultivo caseiro de maconha existe um ponto trágico, pois o namoro do cultivador com a planta termina sempre em assassinato, ainda mais se for uma planta de maconha é macho, pois a vida deste é sempre mais curta e, sendo fêmea, para a felicidade do cultivador, a planta é cortada ao final da floração, todas as folhas e galhos são cortados no processo de manicura. A partir destas noções de cultura, o autor pensa antropologicamente nos usos que os grupos sociais fazem deste conceito, pois se fala da “cultura canábica”, “cultura grower”, “cultura do cultivo de maconha” ou dos aspectos “contraculturais” do consumo de maconha e o denominador comum de todos os usos da noção de cultura é que possuem uma materialidade

marcante, pois engendra sistemas econômicos e altera significativamente o funcionamento psíquico humano, causando prazer, relaxamento e outras sensações e efeitos. Essas características da planta, que é proibida em boa parte do mundo, motivam seu consumo, domesticação, circulação e mercados, mesmo contra a lei, transformando-a em mercadoria e bem de consumo indispensável para muitos atores. Desta maneira, considera-se que a maconha têm vastas aplicações e usos culturais. Na próxima seção deste capítulo Veríssimo considera a planta, seus cultivos e economias. A planta porque a maconha é considerada “a” planta, ou seja, a planta que mais se tira usos dela, pois ela não serve apenas para alterar o estado psíquico da consciência, mas se pode tirar dela papéis, têxteis, resinas e outras propriedades. Sobre o cultivo, existem vários registros da antiguidade até os dias atuais, sejam esses plantios lícitos ou ilícitos. Em relação à economia, percorre desde medicamentos até o mercado varejista nas chamadas bocas de fumo. Sendo assim, todos os saberes, usos, tecnologias e apropriações, assim como tráficos simbólicos, são articulados por atores que conscientemente acreditam estar realizando a “cultura canábica”, mesmo que essa cultura esteja carregada de contradições e confusões acerca dos empreendimentos culturais. Na parte “*A folha e a flor*” o autor destaca que a folha não se fuma, o que não é novidade para nenhum *grower*, uma vez que estes cultivam com o objetivo de obterem as flores da planta fêmea, pois são nas flores que se encontram as substâncias psicoativas, o que apresenta uma tomada de consciência no sentido da troca da folha pela flor. A última parte deste capítulo considera o lugar do público, do privado e do íntimo das configurações culturais, apontando as diferenças nas práticas de usos dos portenhos e cariocas no que tange à privacidade, reserva e atitude blasé, apontando que em Buenos Aires o direito à vida privada é uma ideia forte para alavancar os discursos em prol da liberação dos usos e cultivos de maconha, enquanto que no Rio de Janeiro o direito à privacidade é uma ideia desigualmente distribuída entre os membros da sociedade, tornando-se um privilégio, em

contraste com a ideia portenha, que considera um direito de todos, fazendo com que a ideia de privacidade ocupe posições diferentes em configurações culturais distintas.

No quinto e último capítulo, alcunhado “*Cura: cultivo e domesticação*”, o autor alude a capacidade que a cultura da jardinagem canábica tem de domesticar aqueles que a ela se dedicam. A domesticação é o tema central deste capítulo e, em contraste com a categoria selvagem, é a cultura que domestica a natureza, ou seja, molda a natureza em seu benefício. Porém, outras abordagens apontam que as domesticações não são uma via de mão única, em que a cultura domestica o selvagem. Assim, ao interpretar as formas de interação dos *growers* com suas plantas, a domesticação é entendida como uma via de mão dupla e ocorre também a domesticação dos atores pelas plantas, considerando que produtor e produto se domesticam mutuamente. Na subdivisão “*O careta e o doidão*”, é ponderado que todos os maconheiros um dia já foram caretas e, portando, uma vez que eles aprendem a fumar maconha, é necessário extrair disso um prazer que valha a pena para continuar fumando e lidar com o risco que a ilegalidade traz para então tornar-se um consumidor regular de maconha. A parte “*O dedo verde e o dedo amarelo*” elucida como que nos últimos anos tem aumentado o número de pessoas que optaram por abandonar o mercado ilegal de maconha e começaram a plantar a própria, se reinventando em relação ao consumo da planta com esse novo estilo de vida. Nessa perspectiva, definem-se os dedos verdes como aqueles usuários que plantam a própria maconha e dedos amarelos aqueles que ainda recorrem ao tráfico do comércio varejista ilegal. Em “*Como se tornar um dedo verde*”, explica que no meio *grower* se chama de dedo verde aqueles cultivadores que conseguem produzir a própria maconha ao ponto de se afastarem do desabastecimento, tratando-se de uma categoria nativa para designar aqueles que com dedicação aprenderam as técnicas e saberes adquiridos no estudo de plantio doméstico de maconha. Na seção “*O cultivo do ativismo*”, Veríssimo ilustra a tomada de consciência destes atores

de outros universos e visões de mundo quando começam a cultivar a própria maconha, o ativismo perpassado pela manifestação pública ao criticarem o proibicionismo, assim como dos atos de difusão da cultura canábica, tanto no Rio de Janeiro quanto em Buenos Aires. A última ramificação deste capítulo é intitulada “*O canabier e a quebra de estereótipos*”, e chama atenção para algo que tem enfatizado ao longo do trabalho que colher e fumar a própria maconha não é um trabalho fácil, muito pelo contrário, das muitas pessoas que tentam plantar e colher a própria maconha, poucas têm sucesso, pois cuidar da planta adequadamente é um trabalho árduo e extremamente difícil. Outro aspecto é que muito atores que cultivam a própria maconha tentam fugir do estereótipo “bicho-grilo” da cultura *hippie* dos anos 1960 e 1970 e a grande maioria dos atores entrevistados, na sua pesquisa, são integrados aos seus grupos familiares, profissionais e de vizinhança, ou seja, não são maconheiros “desajustados”. Sendo assim, para aderir práticas e sistemas que torna um maconheiro, um cultivador, está relacionado com disciplinar-se para libertar-se, fechando-se num círculo que constrói a independência do mercado ilícito de maconha.

Nas considerações finais, Veríssimo apresenta duas seções. Na primeira ele salienta “*Os processos de estruturação de indivíduos e pessoas*” retomando as noções do Rio de Janeiro como “a única monarquia das Américas” e de Buenos Aires como “a última fronteira do mediterrâneo” para exemplificar os processos de estruturação e configurações culturais destes lugares, que são particulares e originais, assim como os paradoxos dessas análises. Na outra seção considera a transição “*Do desvio à domesticação*”, salientando que ao cultivar a própria maconha e se tornarem independentes do mercado ilícito, esses atores foram se tornando cultivadores domésticos e, mutuamente, também foram domesticados pela adesão a práticas, crenças e filosofias de vida. Nessa perspectiva, esses atores, apontados como portadores de comportamentos desviantes, correm ainda mais riscos ao terem plantas proibidas em suas casas e são transformados por

um processo de domesticação da planta que, também, os domesticam. Desse modo, a principal “magia” do jardim canábico não é propriamente a produção da planta, e sim a domesticação do cultivador, pois um não existe sem o outro. Dessa maneira, Veríssimo, a partir de um tema original, analisa e explana a relação entre cultivadores e maconha de forma igualmente original, pioneira, inovadora e criativa.